

## A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA E A PESQUISA SOBRE A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) NA PARAÍBA

DMITRI DA SILVA BICHARA SOBREIRA

UFMG

dmitri\_bichara@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre a utilização do conceito de cultura política, em especial a chamada cultura política brasileira, para a pesquisa sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba. A ARENA foi o partido que integrou o bipartidarismo formulado pela ditadura militar, desempenhando a função de apoiadora do regime no parlamento. A cultura política brasileira, por sua vez, pode ser entendida como um conjunto de valores, representações e condutas políticas, majoritariamente conservadoras e elitistas, que caracterizaram o Estado nacional ao longo da história. Dessa forma, este conceito serve para entender o regime militar e seus elementos paradoxais, ajudando a elaborar questões complexas, proporcionado ao historiador se esquivar de visões simplistas sobre o período.

Palavras-chave: ARENA; Paraíba; Cultura política brasileira.

### INTRODUÇÃO

As linhas que seguem são uma tentativa de reflexão que busco desenvolver ao longo de pesquisa acadêmica, no intuito de aperfeiçoar a utilização do conceito de cultura política na análise do objeto de estudo selecionado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Este foi um partido político criado pela ditadura militar instaurada após o golpe de Estado dado no Brasil no ano de 1964. O marco inicial de sua existência foi o Ato Institucional nº 2 (AI-2) de 1966, um decreto que extinguiu as antigas legendas partidárias existentes no país desde 1945 e instaurou um sistema bipartidário composto pela ARENA, encarregada de dar sustentação política ao regime autoritário e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que desempenharia a função de oposição consentida e controlada pela ditadura.

Esta é uma pesquisa que vem sendo realizada desde a graduação, em projeto de iniciação científica, o qual buscou-se analisar a atuação dos parlamentares e partidos políticos na implementação da ditadura militar no estado da Paraíba. Sucessivamente, em dissertação de mestrado, verticalizou-se a temática da pesquisa, dando foco à ARENA e

tendo como recortes espacial e temporal a Paraíba e os anos de 1966 a 1969. No atual estágio da pesquisa, o doutoramento, continuamos com o mesmo objeto e recorte espacial, porém foi selecionado como recorte temporal os anos de 1970 a 1979, ano em que há a extinção da ARENA junto ao sistema bipartidário brasileiro.

Ao longo dessa trajetória acadêmica, algumas leituras fizeram perceber que a análise de uma organização partidária não pode se limitar à determinados aspectos ou ficar presa ao campo disciplinar da História. Ao me inserir no campo da história política, compartilho da constatação de Ângela de Castro Gomes (1996), de que o historiador deve realizar uma “dupla formação”, ou seja, acompanhar a renovação de métodos e conceitos de pesquisa desenvolvidos por outras disciplinas, especialmente a Ciência Política. Sobre as organizações partidárias, o cientista político Ângelo Panebianco (2005) desenvolveu renovadora metodologia sobre a temática. Em sua abordagem, os partidos políticos, enquanto organizações complexas, não podem ser vistos desconectados da realidade na qual estão inseridos. Para ele, o pesquisador deve pensa-los a partir de sua história, como organizações em movimento, influenciados por possíveis mudanças em seu ambiente externo, evoluindo ou modificando-se para manter sua estabilidade. Olhando nessa direção, um conceito que pode ajudar nesta pesquisa é o de cultura política, o qual tem sido sistematicamente discutido por disciplinas como a Antropologia, a Ciência Política e mais recentemente pela História.

Dessa forma, esse texto se propõe a discutir o conceito de cultura política, elencando a categoria de cultura política brasileira como diretriz para pensar a pesquisa da ARENA na Paraíba. Num primeiro momento será trabalhado a forma como o conceito foi apropriado pela historiografia e quais são as interpretações elaboradas para a cultura política brasileira. Posteriormente, será abordado como e quais as interpretações dessa categoria podem ser utilizadas na pesquisa em desenvolvimento.

## **OS CONCEITOS DE CULTURA POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA**

Ao elencar o conceito de cultura política como importante para esta pesquisa, é preciso contextualiza-lo dentro da historiografia na brasileira. Visto a ascensão do paradigma culturalista e o apreço que boa parte dos pesquisadores tem pelos fatos e fenômenos políticos, o conceito ganhou espaço nas pesquisas e notoriedade nas instituições

acadêmicas, sendo criadas linhas de pesquisa para sua abordagem. No entanto, sua utilização é mais longa e precisa ser apresentada. Pode nos ajudar para a realização de tal tarefa o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2009), que tem desenvolvido pesquisas sobre o tema e buscou interpretar o conceito para o campo da História. Segundo ele, o conceito de cultura política foi primeiramente utilizado no início do século XX, pelo intelectual da política Alexis de Tocqueville. Novas contribuições significativas só tornaram a acontecer na década de 1960, com os cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba. De acordo com Motta, a discussão da cultura política feita por eles era um reflexo da conjuntura histórica em que se inseriam, utilizando o conceito para entender o surgimento de regimes autoritários, como o soviético, e fortalecer a ideia da democracia vivida nos Estados Unidos. Almond e Verba criaram um entendimento da cultura política de maneira simplista e hierarquizante<sup>171</sup>. No entanto, ao longo dos anos, novas interpretações do conceito surgiram e outras disciplinas passaram a utilizá-lo para trabalhar seus objetos de pesquisa.

Especificamente na pesquisa histórica, Motta aponta que o primeiro trabalho a utilizar o conceito foi o do norte-americano Bernard Baylin na década de 1960, em trabalhos que sofreram forte influência da interpretação de Almond e Verba. No entanto, foi com o movimento de retorno da história política encabeçado pela historiografia francesa, que o conceito ganhou novos ares dentro da disciplina<sup>172</sup>. Liderados por René Rémond (2003), que teve como marco o livro *Por uma história política*, um grupo de historiadores da política buscaram mapear novos temas e repensar abordagens teóricas e metodológicas para velhos objetos de estudo do político. Apesar de não ter um capítulo específico para a cultura política nesse livro, o conceito perpassa como chave interpretativa em toda a obra.

Posteriormente, um historiador ligado a esse grupo, Serge Berstein (1998), buscou sistematizar o conceito para o uso por historiadores. No seu entendimento, a cultura política deve ser vista de forma plural, afastando qualquer tentativa de hierarquização, mesmo se alguma cultura política assumir predominância sobre as demais, e deve ser

---

<sup>171</sup> Na tipologia elaborada por Almond e Verba existe três tipos de cultura política: paroquial, de sujeição e a participativa. A última correspondia ao estágio mais avançado do conceito, meta a ser alcançada pelas demais, representada pela democracia dos Estados Unidos.

<sup>172</sup> A negação da política dentro da História e seu afastamento das pesquisas históricas ocorreu a partir do movimento de historiadores franceses, os *Annales*. No entanto, esse ostracismo da história política é um fenômeno da historiografia francesa e, visto que nosso país sofre significativa influência intelectual da França, no Brasil a política também passou um tempo afastada das pesquisas históricas. Logo, vale ressaltar que em outros espaços, a política continuou a ter campo, bem como há reflexões sobre esse hiato dentro da própria historiografia francesa. Nesse sentido vale a indicação dos textos de José d'Assunção Barros (2012) e Jacques Le Goff (1983).

levada em consideração a relação de disputa ou colaboração entre as culturas políticas, possibilitando àquelas que estão à margem de uma sociedade ascenderem ao posto de predominância. Para o autor, uma cultura política surge como resposta dada por uma sociedade a uma determinada crise política, propondo resolver problemas e transformar a sociedade, tarefa que leva tempo, duas ou três gerações. Assim, ao atravessar gerações, a cultura política deve ser entendida na longa duração, como algo que se modifica e evolui junto a sociedade e que, sem os meios necessários para sua propagação, pode declinar e cair no esquecimento. Assim, para se perpetuarem no tempo, tendem a adaptar-se às transformações sociais e, não sendo dependentes de si mesmas, devem manter relações com as demais culturas políticas que as cercam.

Ainda segundo Berstein, para se difundirem em uma sociedade, as culturas políticas precisam de vetores, meios pelos quais possam sair do campo ideológico para o prático. Algumas instituições servem a tal propósito: família, escola (ou universidades), ambientes de trabalho, Igrejas, Exército, sindicatos e partidos políticos. No entanto, ao analisar um objeto de estudo a partir do viés da cultura política, deve-se evitar condicionamentos simplistas, pois um indivíduo pode participar de espaços sociais com culturas políticas contraditórias, ou participar de um em consequência da sua vivência em outro. Assim, o estudo de uma cultura política auxilia o historiador a compreender o porquê um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, adota determinado comportamento político, como também:

Permite, [...] pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda, no que a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial. Mas [...] passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual. (BERSTEIN, 1998, p. 362).

Apesar do trabalho de sistematização do conceito, Berstein não elabora uma definição própria para a cultura política. No entanto, não faltam definições do conceito elaboradas, especialmente, por autores da Antropologia e Ciência Política. Para ajudar a seguir a linha de raciocínio elaborada para esse texto, seleciono aqui duas definições elaboradas pelos autores com os quais abordarei a cultura política brasileira. Primeiramente, Motta (2009, p. 21) define o conceito, de forma sucinta e consistente como: *“Conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns ao passado, assim como fornece inspiração para projetos direcionados ao futuro”*. Por sua vez, o cientista político Christian Edward Lynch (2015, p. 1), a define como um: *“[...] conjunto de discursos ou práticas simbólicas por quais demandas são efetuadas, conferindo identidades aos indivíduos e grupos, identificando-lhes os limites de suas comunidades e definindo as posições a partir das quais possuem demandas”*.

Partindo para a análise da cultura política brasileira, o primeiro autor a organizar sua ideia sobre o conceito foi Motta (2013a). Ele utiliza o conceito de cultura política para compreender e explicar as peculiaridades da ditadura militar brasileira, especialmente quando se propõe um olhar comparativo com as experiências autoritárias dos países vizinhos<sup>173</sup>. A proposta formulada pelo autor para é que essa cultura política brasileira foi formulada ao longo da construção do Estado nacional, que convive e interage com outras matrizes políticas (comunismo, liberalismo, conservadorismo, fascismo, etc.)<sup>174</sup> e que é composta por uma série de práticas, comportamentos, valores e representações políticas. Contudo, vale ressaltar que muitas dessas características não são exclusivas do país. É sua combinação, entendida junto ao processo de formação da sociedade brasileira, que faz surgir essa cultura política nacional. Além disso, tal cultura política não seria algo hegemônico no país, na qual todos os indivíduos se identifiquem com suas características. Ela funciona como uma linha mestra, orbitada por outras culturas políticas que controlam ou almejam controlar o poder.

---

<sup>173</sup> Alguns pontos apontados pelo autor que distinguem o regime militar brasileiro dos demais: 1) projeto econômico nacional-desenvolvimentista; 2) manutenção do funcionamento (embora de modo precário) das instituições liberais; 3) menor número de mortes e desaparecimentos provocados pela repressão política; 4) elevada taxa de absolvições nos julgamentos de crimes políticos; 4) maior tolerância com os valores culturais da esquerda (que continuavam a circular durante a ditadura).

<sup>174</sup> Ao descrever a cultura política comunista no Brasil, Motta (2013b) relata que esta compartilhou características da “cultura política brasileira”, como a tendência à negociação de conflitos, expressa nos acordos feitos com partidos de ideologias distintas, e o personalismo, ilustrado nas figuras de líderes carismáticos.

Para entendê-la, deve-se reconhecer a existência de um imaginário político nacional, um conjunto de representações que faz as pessoas se identificarem com atores políticos do passado, classificando-os como heróis ou vilões, e estabelecendo importância em eventos marcantes, como batalhas ou guerras. Nessa cultura política, identifica-se a presença de valores e comportamentos típicos de grupos políticos (principalmente entre os que controlam ou almejam controlar instâncias estatais): coronelismo, clientelismo, patrimonialismo, elitismo, personalismo, etc. Essas são condutas favorecedoras dos laços de parentesco, amizade ou compadrio, que desconsideram normas oficiais em função de projetos políticos por vezes pessoais.

Outra importante característica da “cultura política brasileira” descrita por Motta é sua tendência à flexibilidade, predisposição a negociação de conflitos. No Brasil há um longo histórico de arranjos políticos, conciliações que levam a uma saída satisfatória para os lados envolvidos. Vale ressaltar que essa tendência prevalece nas disputas entre elites, quando as classes subalternas estão envolvidas, o mais comum é o uso de violências contra os desfavorecidos economicamente. Por fim, suas últimas características são a pouca identificação da população com os partidos políticos e sua fraca participação nos espaços públicos de poder. As constantes intervenções no sistema partidário brasileiro podem ser encaradas como fator que pesa nesses aspectos. Do período imperial até o golpe de 1964, ocorreram quatro mudanças, a quinta realizada durante a ditadura militar, não havendo condições até então de haver identificação partidária mais profunda no Brasil. Não obstante, o próprio sistema político impõe dificuldades para a participação das camadas subalternas na política institucional.

Já Lynch busca interpretar a cultura política a partir da apropriação – podemos assim dizer – de grandes ideologias e tradições políticas dos países europeus (ditos cênicos) para o Brasil (e demais países colonizados, chamados periféricos) por meio do processo de colonização realizado pelas nações da Europa. As tradições e ideologias às quais o autor se refere são as surgidas a partir do nascimento dos Estados europeus modernos, a exemplo do republicanismo e liberalismo. Do intercâmbio entre o europeu “civilizado” e os povos “bárbaros” que habitavam as colônias antes da chegada dos colonizadores, juntamente com o contexto colonial e pós-colonial, fez surgir essas culturas políticas. De acordo com o autor:

As culturas políticas dos países periféricos surgiram, portanto, produzida por uma elite colonial que se esforçava para apreender a sua realidade local a partir

do instrumental analítico fornecido pela cultura política europeia, isto é, “científica”. (LYNCH, 2015, p. 2-3)

Na América Latina, sua histórica elite política dirigente manteve-se estritamente ligada a cultura europeia, mesmo após a emancipação colonial e formação de seus respectivos Estados nacionais. Esses indivíduos valiam-se dessa cultura para perceber a realidade dos novos Estados nacionais periféricos, interpretando-os como qualitativamente “exóticos” e “atrasados”. Tais percepções definiam a identidade nacional dessas elites, gerando um complexo de inferioridade em relação aos Estados cêntricos<sup>175</sup>.

Inserida neste contexto continental, a cultura política brasileira, na visão de Lynch, apresenta características específicas. A primeira delas é a preocupação com a modernização, oriunda do juízo de valor negativo da realidade nacional. A partir dela, os atores políticos extraem o imperativo de modernizar o país, no intuito de – na maioria das vezes – reduzir a distância entre países cêntricos. Esta é feita por meio da importação de instituições surgidas no Estado europeu moderno. No entanto, a regra segundo a qual as instituições deveriam refletir e acompanhar o desenvolvimento da sociedade não é válida para a realidade periférica. Essa inefetividade institucional é diagnosticada por Lynch (2015, p. 6) a partir da dicotomia entre país legal e país real: “*Se as instituições cêntricas impactava, sobre a realidade periférica, a fim de modernizá-las, elas não o faziam na forma nem na velocidade esperada pelo público, produzindo efeitos inesperados, às vezes negativos*”. Por exemplo, as instituições (país legal) estariam atrasadas em relação às necessidades da sociedade (país real), fator que levou políticos a rejeitarem essas instituições pelo seu caráter “retrógrado”. Como explicações são propostos o fator da realidade social (o povo seria incapaz de comandar as instituições, precisando de uma elite para guiar a nação); e a corrupção do sistema político nacional e a falta de civismo da classe política, problemas de cunho moral. Bem como, com o adiantamento do país legal sobre o real eram geradas demandas capazes de reduzir o idealismo das instituições e a realidade social.

Esse fator faz surgir outro tema da cultura política brasileira: o idealismo utópico da elite nacional, que deveria ser substituído por um idealismo orgânico, baseado na observação e das experiências a partir da realidade. Isso gera comportamentos típicos da cultura política brasileira, como o pedagogismo, oriundo na necessidade de se educar as

---

<sup>175</sup> Lynch aponta que não eram apenas os Estados europeus que serviam como exemplo para os Estados periféricos. A elite latino-americana buscou influencia liberal na Inglaterra, na França pelos princípios estatizantes e nos Estados Unidos como modelo da materialização de todos esses princípios numa ex-colônia,

elites políticas ou a população para o convívio com as instituições modernas. Esse comportamento faz surgir vanguardas modernizadoras, oriundas da descrença de que o povo ou a sociedade civil sejam capazes de conduzir a modernização do país pelas vias da evolução liberal democrática. Essas aparecem em momentos de crise do sistema política constitucional, quando há um vácuo entre a classe dirigente e o poder, dando espaço para outros atores. Tais vanguardas geralmente surgem de segmentos específicos da população, como tecnoburocratas estatais, fazendeiros ou industriais, intelectuais orgânicos e bacharéis (de esquerda ou direita). Como exemplo, Lynch elenca três tipos de vanguardas modernizantes: os governantes, os militares e os magistrados.

E, por fim, o autor elenca as principais ideologias da cultura política brasileira. Dentro do conceito proposto, a ideologia representa três características funcionais: são mapas para que os indivíduos e grupos sociais se orientem em meio à complexidade e capacidade do mundo onde estão inseridos, almejando justificar, explicar ou confrontar os processos históricos, sociais e práticos; são metáforas, símbolos e temas prechos de significados, atravessados por narrativas do passado, presente e futuro da comunidade com o objetivo de ordenar a realidade no espaço e no tempo; assim como são discursos políticos que revelam a capacidade dos indivíduos de se adaptar a mudanças e reivindicam uma tradição formulada por seus antecessores, reconhecidos como mártires ou heróis. A cultura política brasileira, portanto, é atravessada por um leque de ideologias já existentes (conservadorismo, liberalismo, socialismo e suas subdivisões).

No caso brasileiro, duas ideologias são apontadas pelo autor como predominantes sobre as demais: o nacional estatismo e o liberalismo cosmopolita. A primeira é tributária do reformismo ilustrado e pelo projeto imperial e parte do diagnóstico negativo da formação brasileira. Nela, o Estado nacional toma para si a condição de motor do desenvolvimento, intervindo no domínio socioeconômico. Por outro lado, o liberalismo cosmopolita contrapõe a funcionalidade do nacional estatismo, e a centralidade do Estado nas decisões, colocando em seu lugar a sociedade civil. Nela, nega-se a fragilidade da sociedade civil brasileira, reinventando sua força e capacidade de autodeterminação, ou reconhecem a sua fraqueza, imputando-a. Tal ideologia crê na capacidade do mercado e da sociedade, que indicam que a abertura para o capital estrangeiro e redução das tarifas alfandegárias levará a uma maior competitividade econômica. Essa é, historicamente, a ideologia dos fazendeiros, industriais bacharéis e profissionais liberais.

De forma geral, ambas as abordagens são caracterizadas pela ideia pluralista do conceito, pelo caráter elitista, conservador e por práticas e ideias políticas que impedem o melhor funcionamento de instituições democráticas na realidade brasileira. A partir dessas ideias apresentadas, passaremos a esboçar possibilidades de aplicação dessas perspectivas do conceito de cultura política brasileira na pesquisa sobre a ARENA.

## **A ARENA E A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA**

Visto que essa é a primeira reflexão elaborada sobre essa utilização do conceito de cultura política brasileira e a pesquisa sobre a ARENA na Paraíba, além do fato de a pesquisa nas fontes primárias ainda está em sua fase inicial, os apontamentos realizados abaixo são baseados no projeto de doutorado produzido para a disciplina de Seminário de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGHIS-UFMG) do qual sou vinculado.

O objetivo principal da tese descrito no projeto é entender como as oligarquias locais agiram politicamente na ditadura através da atuação da ARENA-PB na década de 1970, e a partir disso, compreender a associação entre poder local e regime autoritário, pensando a relação entre os planos regional e o nacional. Vale ressaltar que no período abordado, o país e, mais especificamente, a Paraíba passavam por um período de modernização<sup>176</sup> implementado pelo regime autoritário. É notório a percepção desse projeto modernizador no estado, especialmente em obras de infraestrutura. No entanto, esse ímpeto modernizador aparentemente limitava-se às obras de concreto armado, pois quando olhamos para as práticas políticas nesse período, percebe-se a continuidade de uma série de práticas e representações políticas remetentes de antes da formação do Estado brasileiro, sobrevivente aos eventos marcantes e possíveis rupturas na história do país. Além disso, o próprio modelo de regime autoritário, apesar de implementar uma série de mudanças no sistema político<sup>177</sup>, deu condições para a permanência e até mesmo

---

<sup>176</sup> Para Bresser-Pereira (2015), este foi um pacto desenvolvimentista semelhante ao elaborado por Getúlio Vargas, diferenciando-se pela exclusão da classe trabalhadora do projeto político. Nele engajaram-se os golpistas reunidos em 1964, tendo como principal força o chamado “tripé modernizante”: burguesia, tecnoburocracia e interesses estrangeiros, harmonizando tendências liberais, nacionalistas e anticomunistas. Para Motta (2014), as experiências de modernização autoritária/conservadora fazem parte da “cultura política brasileira”, um ato de promover o novo negociando com o velho.

<sup>177</sup> As mudanças no sistema político implementadas pela ditadura militar tinham como objetivo aumentar o poder do governo federal e, ao mesmo tempo, dava margem para a participação dos setores civis que participaram da empreitada golpista junto aos militares em 1964. Dessa forma, o regime: implementou

fortalecimento dessas práticas políticas, características do que convimos chamar de cultura política brasileira.

Quando analisamos os objetivos específicos, recortes no nosso objeto de pesquisa que ajudam no desenvolvimento o objetivo principal, percebemos como cada visão da cultura política brasileira pode contribuir. A realização dos três primeiros objetivos pode ser direcionada a partir da interpretação do conceito feita por Motta. O primeiro deles é entender a reorganização do Diretório Regional da ARENA paraibana após as cassações dos *arenistas* ocorridas em 1969. Após o AI-5, uma das alas dessa secção regional foi desmantelada com o expurgo de seus membros. Isso acarretou mudanças em sua estrutura interna, aumentando a influência de outras facções mais identificadas com o regime militar. Aspecto que pode ser analisado através das convenções partidárias que elegeram novas lideranças para o diretório paraibano da ARENA. O segundo objetivo específico é analisar a desenvoltura da ARENA-PB nas eleições realizadas na década de 1970. Será analisado o desempenho do partido nos pleitos ocorridos de forma direta, destacando o processo de escolha dos candidatos, a forma como ocorreram as campanhas eleitorais e o resultado eleitoral. Em relação às eleições indiretas, destacam-se a influência do governo Federal nesse processo e as disputas internas para a escolha de seus representantes. E o terceiro objetivo específico é estudar a relação entre as oligarquias locais e o regime militar, pensando qual a função desempenhada pelo governo estadual nesse vínculo. Será problematizado o papel exercido por este como representante direto da ditadura no estado, e como ficaram as alas do partido não contempladas simbólica e materialmente pelo governo estadual. Analisar-se-á também as ações do governador e sua relação com outras instâncias de poder, como as prefeituras e a Assembleia Legislativa.

A forma como Motta descreve as práticas que permeiam a cultura política brasileira, como o clientelismo, mandonismo, patriarcalismo e a tendência à negociação de conflitos, vão ajudar no desenvolvimento dos tópicos que abordam sobre a organização interna do partido, sua atuação eleitoral e a atuação dos governadores biônicos como mediadores entre o poder local e a ditadura militar.

---

eleições indiretas para os principais cargos da República (presidente, governador e prefeito das capitais e cidades consideradas Zonas de Segurança Nacional), porém manteve eleições diretas para os demais cargos; extinguiu as antigas legendas partidárias, mas criou um sistema bipartidário que comportava, inclusive, um partido de oposição; manteve o Congresso Nacional e o poder Judiciário funcionando, mas com suas prerrogativas reduzidas; bem como acabou com a Constituição em vigor e instaurou nova carta contendo todas as mudanças implementadas desde o golpe de 1964.

O último objetivo específico é analisar a atuação do partido como mediador político entre a sociedade civil e o regime autoritário. Apesar da década de 1970 ser marcada por forte repressão política, a sociedade civil atuou de forma incisiva contra a ditadura militar através de suas organizações de classes, especialmente a partir de 1974. Ao mesmo tempo em que o regime tomava novas providências para controlar as oposições e fazer a distensão do regime, precisava do suporte da ARENA no Congresso para legitimá-las. Como os membros do partido na Paraíba se posicionaram em relação a esses casos, em função de suas experiências e ideologias políticas, é um ponto a ser visto nesta tese.

Os apontamentos feitos por Lynch e seu entendimento mais voltado para a apropriação de ideias do conceito de cultura política brasileira ajudará a entender como as ideologias predominantes na cultura política brasileira, nacional-estatismo e liberalismo cosmopolita, são identificadas entre os *arenistas*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse espaço, relembro que essa é uma empreitada ainda em fase inicial, com isso esse texto tem mais características informativas e descritivas e menos reflexivas e problematizadoras. O exercício de levar para eventos acadêmicos essas ideias da pesquisa serve para levar aos pares nossas pesquisas no intuito de absorver todas as possíveis apontamentos e indicações, bem como indicar aos demais pesquisadores caminhos que podem ser seguidos a partir de nosso trabalho acadêmico.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José de Assunção. História Social e retorno do Político. MATOS, Júlia Silveira; SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito (Orgs). **Campos da política**: Discursos e práticas. São Paulo: LP Books, 2012, p. 10-47.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**: Sociedade, economia e Estado desde a independência. São Paulo: Editora 34, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos** – Historiografia. Rio de Janeiro: v.9, nº 17,1996, p. 59-84.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? LE GOFF, Jacques (Org). **O maravilhoso cotidiano no Ocidente Medieval**. Tradução: José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa/Edições 70: 1983, p. 221-242.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cultura política brasileira. In: SANTOS, Gustavo; BRITO, Éder. **Política no Brasil**. São Paulo: Oficina Municipal, 2015, p. 57-83 (disponível em: [http://beemote.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2015/05/ARTIGO\\_Cultura\\_politica\\_brasileira\\_II.pdf](http://beemote.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2015/05/ARTIGO_Cultura_politica_brasileira_II.pdf), acesso em 03/09/2017).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

\_\_\_\_\_. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipures: 2013a, p. 9-33.

\_\_\_\_\_. A cultura política comunista. In. NAPOLITANO, M; CZAJKA, R; MOTTA, R. P. S. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013b, p. 15-39.

\_\_\_\_\_. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partidos: Organização e poder nos partidos políticos**. Tradução: Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RÉMOND, René. Uma história presente. RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 13-36.